

Brasília-DF

DENISE ROTHENBURG
deniserothenburg.df@dabr.com.br

IA e direitos autorais

As regras sobre direitos autorais dentro do Marco Regulatório da Inteligência Artificial (IA), aprovado na comissão especial do Senado, travaram a votação no plenário, esta semana. É que os produtores de tecnologia pressionam pela retirada dessa parte do texto, enquanto uma parcela dos senadores defende a permanência. Haverá nova rodada de conversas, na semana que vem, para tentar buscar um consenso.

A visão do setor

O setor de tecnologia está preocupado. Alega que o texto, como está colocado, reduzirá o treinamento de IA em português do Brasil, e dificultará investimentos em infraestrutura digital (como data centers), além de ameaçar a geração de empregos. O debate promete esquentar na semana que vem.

Tarcísio e as câmeras

Ao admitir que estava equivocado quando era contra o uso de câmeras nos uniformes dos policiais, o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas, ganhou pontos junto ao eleitor. Agora, falta definir as regras. Especialistas que estudaram o tema no governo de João Doria, em São Paulo, consideram que um dos erros é permitir que os profissionais definam a hora de ligar as câmeras. Quem deve fazer isso é uma central, que aciona o equipamento quando o policial sai às ruas em serviço e só desliga quando retorna ao quartel.

Os recados da urgência

A análise do mapa de votação dos 260 votos a favor de uma tramitação mais célere dos dois projetos de contenção de gastos, traz três mensagens diretas ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Primeiro: ele não pode prescindir de Arthur Lira (PP-AL), o presidente da Câmara, que ainda tem café no bule e trabalhou para levar o plenário a votar, e aprovar, os pedidos de urgência. Segundo: o governo repactua sua relação com o União Brasil e com o PSD ou sofrerá derrotas. No placar para acelerar a medida que trata do Benefício de Prestação Continuada (BPC), apenas oito deputados do União votaram a favor — do PSD, 17. O terceiro recado é que se o governo quer mais, é melhor liberar as emendas.

Especialmente no caso do PSD, o recado é claro. O partido na Câmara tem apenas o Ministério da Pesca e se sente isolado desde que o governo se aliou ao Republicanos, ao PP e ao PL em prol da candidatura de Hugo Motta (Republicanos-PB) para suceder Lira. E o apoio a Motta ocorreu quando os líderes Antonio Brito (PSD) e Elmar Nascimento (União) ainda desfilavam como pré-candidatos.

Agora, se o governo não repactuar a relação de forma a que os deputados se sintam mais próximos do Planalto — leia-se um bom ministério ou algo que o torne mais partícipe das decisões governamentais —, será difícil ampliar o placar. A tendência, hoje, é o partido de Gilberto Kassab ficar mais independente a cada dia.



CURTIDAS

Ibaneis no aquecimento para o Senado/ Ao partir para o confronto contra o governo federal, em relação ao Fundo Constitucional do Distrito Federal, o governador Ibaneis Rocha se coloca ainda mais no cenário político. Na Câmara dos Deputados, obteve o apoio de quase todos os partidos de centro para manter inalterada a correção do FCDF. Quanto ao PT, a bancada federal vive um dilema: apoiar Lula ou a manutenção da correção do FCDF.

Elaine Menke/Câmara dos Deputados



Novo contra o STF/ Depois do inquérito da Polícia Federal (PF) contra o deputado Marcel Van Hattem (Novo-RS), a legenda montou uma ofensiva para proteger seus parlamentares. O partido denunciou à Procuradoria da República do Distrito Federal a conduta do diretor-geral da PF, Andrei Rodrigues (foto), e exigiu explicações formais da corporação e do Ministério da Justiça pela exclusão de uma empresa jornalística em uma entrevista coletiva, em Brasília. O Novo também deseja uma apuração administrativa interna para esclarecer o ocorrido.

Aliás.../ Não são poucos os deputados que se solidarizam com Van Hattem no plenário da Câmara. E de todos os partidos. Afinal, a tribuna é considerada território para os deputados discordarem de qualquer atitude, seja do Executivo, seja do Judiciário ou do próprio Congresso.

A hora do dindim/ A maioria dos deputados mantém suas assessorias de plantão em Brasília, neste fim de semana, de olho nos computadores e acompanhando a liberação das emendas. Se até segunda-feira as emendas não tiverem “pingado” nos municípios, ficará mais difícil votar o pacote de contenção de gastos.

JUDICIÁRIO

Maria Elizabeth Guimarães Teixeira Rocha assume comando da Corte. Ministra integra colegiado desde 2007, indicada por Lula

STM tem a primeira presidenta

» LUANA PATRIOLINO

O Superior Tribunal Militar (STM) elegeu uma mulher para presidir a Corte — órgão máximo da Justiça Militar da União — pela primeira vez na história da instituição. Trata-se da **ministra Maria Elizabeth Guimarães Teixeira Rocha**, que faz parte da instituição desde 2007, quando foi indicada no segundo mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva para ocupar uma das três cadeiras previstas para a advocacia.

Na mesma sessão de votação, foi eleito como vice-presidente o atual presidente, ministro Francisco Joseli Parente Camelo — que é tenente-brigadeiro da Aeronáutica e foi indicado pela ex-presidente Dilma Rousseff. Maria Elizabeth ocupou temporariamente o comando do tribunal militar entre 2013 e 2015, em decorrência da aposentadoria do ministro Raymundo Cerqueira.

Em entrevista ao **CB.Poder** — parceria do **Correio** com a TV Brasília —, em junho do ano passado, Maria Elizabeth falou sobre os desafios de ser a única mulher na composição do Superior

Tribunal Militar. “Talvez o meu maior desafio seja abrir caminhos para as novas gerações de mulheres e meninas, porque lugar de mulher é onde ela quiser estar. Infelizmente, ainda vivemos numa sociedade patriarcal, onde as mulheres são relegadas a segundo plano, não conseguem caminhar e disputar os mesmos espaços de poder que os homens. Mas os direitos civis não são dados — são conquistados arduamente, com muita luta. Procuro fazer o meu papel”, salientou.

A ministra é a primeira mulher nomeada à presidência em 216 anos de funcionamento da Corte — o primeiro organismo com essa estrutura foi o Conselho Supremo Militar e de Justiça, fundado em 1808; em 1891, foi organizado o Supremo Tribunal Militar e, em 1946, o nome foi alterado para Superior Tribunal Militar. O STM é composto por 15 ministros, sendo cinco civis e 10 militares. As cadeiras estão distribuídas entre quatro vagas destinadas ao Exército, três à Marinha e três à Aeronáutica.

Ela e Joseli Camelo integrarão a presidência do STM no biênio 2025-2027. A cerimônia de posse está prevista para março de 2025.

Carlos Moura/CB/D.A. Press



Ministra estará à frente do tribunal no biênio 2025-2027 e terá como vice o brigadeiro Joseli Camelo

» Cid depõe mais uma vez sobre golpe

O tenente-coronel Mauro Cid, ex-ajudante de ordens do ex-presidente Jair Bolsonaro, esteve na sede da Polícia Federal, em Brasília, ontem, para novo depoimento sobre a trama para um golpe de Estado que impedisse a posse do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Permaneceu no local por 1h30 e foi questionado sobre “omissões e contradições” em depoimentos anteriores. Isso porque os agentes da PF recuperaram arquivos deletados do computador do militar com detalhes do plano Punhal Verde e Amarelo — que incluía assassinar Lula, o vice-presidente Geraldo Alckmin e do ministro Alexandre de Moraes, então presidente do Tribunal Superior Eleitoral.

Bolsonaro contra-ataca e critica a PF

» ISRAEL MEDEIROS

O ex-presidente Jair Bolsonaro iniciou, ontem, uma nova ofensiva pelas redes sociais contra a Polícia Federal (PF). Em um dos posts, disse que o diretor-geral da corporação, Andrei Rodrigues, deixou-se contaminar por ideologias. O contexto era o indiciamento de deputados bolsonaristas que ofenderam e imputaram crimes ao delegado federal Fábio Shor, responsável por inquéritos que respingam em Bolsonaro.

“Era só o que faltava: o diretor-geral da Polícia Federal agora acha que pode ‘rebater’ e ensinar ao presidente da Câmara dos Deputados o que é imunidade

parlamentar, o que é liberdade de expressão e o que os deputados podem ou não falar na tribuna”, escreveu Bolsonaro no X (antigo Twitter).

A crítica é porque, na quarta-feira, Andrei afirmou que não existe “imunidade absoluta” para parlamentares que usam a imunidade de fala e voto para “cometer crimes”. O comentário foi em resposta ao presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), que discordou do indiciamento dos deputados.

“Todos os parlamentares, independentemente de partido político ou eventuais divergências, precisam reafirmar a independência do Legislativo e exigir o respeito inegociável às suas

prerrogativas constitucionais, principalmente por parte do diretor-geral da Polícia Federal, que exerce uma função que não pode continuar sendo contaminada por questões ideológicas e político-partidárias”, acrescentou Bolsonaro.

O timing das críticas à PF é oportuno para a estratégia política do ex-presidente. No dia anterior, Andrei disse que “todos os elementos de prova” indicam que o ex-presidente sabia dos planos de golpe que estavam em curso, no fim de 2022, depois de ser derrotado nas eleições.

Em uma segunda postagem, o ex-presidente publicou vídeo criticando o jornal *O Globo* por uma reportagem que citava uma

investigação da PF sobre a reforma de R\$ 900 mil na casa que tem em Angra dos Reis — declarada nas eleições de 2022 por R\$ 98,5 mil. “Fiz a reforma, sim, de R\$ 900 mil, e paguei com Pix. Agora, quem vazou esse contrato, segundo a própria imprensa, foi a Polícia Federal”, acusou.

Em um terceiro post, criticou o fato de o jornal *Folha de S.Paulo* ter ficado de fora de um encontro de Andrei com jornalistas, na quarta-feira. “Vemos, hoje, no Brasil, é um ataque sistemático a todos os pilares da democracia: a liberdade de expressão, a liberdade de imprensa, a imunidade parlamentar, a soberania popular”, disse, ao compartilhar notícia com a foto do diretor da PF.